



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir propostas para a conservação e preservação da Floresta Nacional de Brasília – FLONA, de modo conciliado à manutenção do direito à moradia das populações que vivem na área.

Senhor Presidente,

Com amparo nos arts. 24, III, 32, XVII, “e” e 255 do Regimento Interno, vimos requerer a realização de audiência pública, em data a ser oportunamente agendada, com o objetivo de discutir propostas para a conservação da Floresta Nacional de Brasília – FLONA. Para tanto, solicitamos que sejam convidados para a referida audiência:

- I) A Presidente do Instituto Brasília Ambiental (Ibram), Jane Vilas Bôas;
- II) O representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Ricardo Vizentin;
- III) A Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia de Oliveira Falcón;
- IV) representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- V) o presidente do IBAMA, Volney Zanardi Júnior; e
- VI) o Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Federal e Entorno –FETRAF-DFE, Francisco Miguel de Lucena.

JUSTIFICAÇÃO

A Floresta Nacional de Brasília possui 9.369 hectares e está localizada em Taguatinga e em Brazlândia. Criada por um decreto de 10 de junho de 1999 para formar um cinturão verde que assegurasse a preservação dos mananciais e do Parque Nacional de Brasília, a Floresta possui área coberta por espécies usadas em reflorestamentos comerciais, com predominância do eucalipto, e de plantas nativas do Cerrado.

Um dos grandes desafios para a manutenção da biodiversidade das áreas que constituem a Floresta Nacional é encontrar um ponto onde se possa conciliar a preservação dos recursos naturais e a ocupação dos agricultores no local.

Com o grande crescimento urbano nos arredores de Brasília, algumas áreas da Flona já não cumprem mais o papel precípua para o qual foram criadas, haja vista o nível de saturação das unidades de conservação resultante do inchaço populacional que se instalou em tais regiões, como resultado direto da insuficiência de programas de habitação e a não implementação da Reforma Agrária.

Isto posto e considerando a relevância da temática em questão, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala da Comissão, _____ de _____ de 2015.

ERIKA KOKAY

Deputada Federal – PT/DF